



TREINAMENTOS EM GESTÃO PÚBLICA

CONVIDA

Curso em CURITIBA – PR

**Dias 14, 15 e 16 de
Agosto de 2024.**

**MODO
MENTORIA**

TEMAS:

**RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL DA
CÂMARA MUNICIPAL X JUSTIÇA
ELEITORAL EM ANO ELEITORAL.**

**PRERROGATIVAS E CUIDADOS NA PUBLICIDADE OFICIAL
E A COMUNICAÇÃO EM ANO ELEITORAL APLICÁVEL AOS
MUNICÍPIOS, E ORIENTAÇÕES SOBRE A LEI 14133/21.**

www.nstreinamentos.com.br

Programação

> Dia 14/08/2024 – Das 09:00h as 12:00h

- Inscrições e credenciamento dos alunos. Entrega das Apostilas e material de apoio. Abertura do Evento com exposição dos temas a serem abordados.

> Dia 14/08/2024 – Das 14:00h as 17:00h

- Relacionamento Institucional Câmara Municipal X Justiça Eleitoral em ano eleitoral.
- Professor: Dr. Bruno Grego.

> Dia 15/08/2024 – Das 09:00h as 11:30h

- Prerrogativas e cuidados na publicidade Oficial e Comunicação em ano eleitoral aplicável aos Municípios.
- Professor: Dr. Bruno Grego.

> Dia 15/08/2024 – Das 14:00h as 17:00h

- Prerrogativas e cuidados na publicidade Oficial e Comunicação em ano eleitoral aplicável aos Municípios.
- Professor: Dr. Bruno Grego.

> Dia 16/08/2024 – Das 09:00h as 11:00h

• MODO MENTORIA

Orientação especializada sobre as regulamentações e limitações críticas na gestão de pessoal e contratações no setor público durante o período de final de mandato. Exploraremos as novas regras da política remuneratória dos agentes políticos municipais, à luz das recentes decisões do STF e TCEs. Espaço para debates, dúvidas, temas livres e encerramento com entrega dos diplomas.



Professor: Normélio Schneider.

> Coordenadoras:



Angélica Leticia Moura



Jakeline Battisti



Elizabeth Lopes

INSCRIÇÕES:

Site: www.nstreinamentos.com.br

Telefones:

(45) 99934-1188 - Normélio
(45) 99837-0304 - Angélica
(45) 99989-0604 - Jakeline

E-mail: contato@nstreinamentos.com.br

Temário

TEMA 1: RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL DA CÂMARA MUNICIPAL X JUSTIÇA ELEITORAL EM ANO ELEITORAL

- Estrutura Organizativa da Justiça Eleitoral;
- Relativização dos Direitos Políticos;
- Câmara Municipal X Justiça Eleitoral – limites de atuação;
- Limites de atuação judicial referente aos atos legislativos;
- Competência da Mesa Diretora para propositura de Ações Judiciais;
- Ministério Público e a importância dos termos de ajustamento de conduta em crimes eleitorais;
- Responsabilidade de denúncias na função de fiscalizar do Legislativo Municipal.
- Condutas vedadas de Servidores, Assessores e demais agentes públicos Municipais no desempenho de suas funções em período eleitoral.
- Lei Eleitoral (9.504/1997)
- Resoluções do TSE/2024 – Regulam as eleições municipais em 2024.

TEMA 2: PRERROGATIVAS E CUIDADOS NA PUBLICIDADE OFICIAL E COMUNICAÇÃO EM ANO ELEITORAL APLICÁVEL AOS MUNICÍPIOS, E ORIENTAÇÕES SOBRE A LEI 14.133/21.

- Princípio Constitucional;
- Incidência da Legislação Local no Período Eleitoral;
- **LC 131/2009 – Transparência Pública;**
- **Lei 12.527/2011 – Acesso a Informação;**
- **Lei 13.460/2017 – Direito dos Usuários;**
- **Lei 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados;**
- **Lei 14.133/2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos**
- Poder de Polícia;
- Cuidados com a Participação Popular;
- Expedição de Instruções e Normativas;
- Publicidade Obrigatória nos Órgãos Municipais;
- Publicidade Facultativa nos Órgãos Municipais;
- Meios de Veiculação por Mídia Eletrônica Oficial (Face, Site, Instagram, Blog e outros);
- Meios de Veiculação através de terceirizados;
- Limitação de Gastos com Publicidade e Bens Públicos;
- Proibições com a Promoção Pessoal e Abusos de Poder;
- Crimes Eleitorais.

VALOR INSCRIÇÃO MODO MENTORIA: R\$ 2.490,00.

Incluso material de apoio, apostilas, certificado e coffee break.

Atendimento on-line 15 dias subsequentes ao curso presencial.

Depósito em nome de:

NS TREINAMENTOS EM GESTAO PUBLICA LTDA.

CNPJ 12.137.995/0001-16

PIX: 12.137.995/0001-16

AG 0959-8 - C/C 38019-9 - Banco do Brasil

LOCAL: Hotel Nikko.
Rua: Barão do Rio Branco – 546
Curitiba – PR.
41-2105-1808

Obs: Entrega de Certificado
somente com mínimo de
75% de participação.



Público-alvo: Dirigentes e Gestores de Entidades Públicas Municipais, Servidores ligados à contabilidade, orçamento, finanças, planejamento, licitações, controle interno, recursos humanos, comissões em geral, bem como aos Prefeitos, Presidentes, Vereadores e Assessores Parlamentares.



MODO MENTORIA: A mentoria será conduzida de forma interativa, com estudo de casos práticos e análise detalhada das normativas vigentes e das decisões judiciais mais relevantes. O objetivo é promover um aprendizado mais profundo e engajado, onde os participantes não apenas absorvem informações, mas também as aplicam, refletem sobre elas e contribuem para o processo educativo. Estendendo o aprendizado para os 15 dias subsequentes, de forma on-line, garantindo a efetiva aplicação do conteúdo aprendido.

CURRICULUM: Dr. Bruno Grego Santos



Doutor em Direito do Estado, pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, com estágio de Doutorado na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra e intercâmbio acadêmico na University of Notre Dame na Austrália. Advogado, Professor da Escola de Direito da PUC/Pr, Procurador Municipal, Presidente da Comissão de Advocacia Pública da OAB Maringá, Membro da Comissão do Instituto Brasileiro de Advocacia Pública, Pesquisador da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco/USP, Membro do Grupo de Discussão Comparative Administrative Law Initiative da Yale Law School e Membro acadêmico da Procurement Law Academic Network, Vencedor do VII Prêmio Inovare na categoria Advocacia Laurea Acadêmica da Universidade Estadual de Maringá e Menção Honrosa do Prêmio Francisco Cunha Pereira Filho.



OBJETIVO:

A NS – TREINAMENTOS E CAPACITAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA, tem como objetivo a capacitação dos servidores, técnicos e representantes dos Poderes Executivo e Legislativo, contribuindo para o aprimoramento de gestão administrativa eficiente, com o intuito de suprir os anseios de uma sociedade que vislumbra no seu representante a base fundamental com resultados à toda sociedade.

Tendo como objetivo capacitar os participantes para compreender e aplicar as normas e limitações que regem o relacionamento institucional entre a Câmara Municipal e a Justiça Eleitoral em ano eleitoral, assim como as prerrogativas e cuidados necessários na publicidade oficial e comunicação, em conformidade com a legislação vigente, incluindo as disposições da Lei 14.133/21.

Sendo assim, com as orientações transmitidas por meio deste Curso, tona-se possível aos Agentes Públicos atuarem de forma mais eficiente, em respeito aos ditames legais e constitucionais, além de agregarem amplo conhecimento e segurança jurídica para realizarem o controle da Administração Pública Municipal, no intuito de satisfazer o interesse público.